

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI DEPARTAMENTO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL – DR/RS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

1 O SESI E SUAS ATIVIDADES

a) Estrutura jurídica e objetivos

O Departamento Regional do Rio Grande do Sul do Serviço Social da Indústria - SESI fundamenta-se como órgão administrativo com jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul, subordinado ao Serviço Social da Indústria, entidade de direito privado, administrada pela Confederação Nacional da Indústria, nos termos do Decreto-Lei n.º 9.403, de 25 de junho de 1946, tendo por objetivos, conforme Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 57.375, de 2 de dezembro de 1965, capítulo I, artigo 5º:

- Alfabetização do trabalhador e seus dependentes;
- Educação de base;
- Educação para a economia;
- Educação para a saúde (física, mental e emocional);
- Educação familiar;
- Educação moral e cívica;
- Educação comunitária.

O SESI, em face dos seus objetivos sociais, é imune a impostos federais, de acordo com o artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

b) Fontes de recursos

Os recursos orçamentários do SESI são originados de: (i) parcelas da contribuição compulsória recolhidas pelas empresas industriais ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, transferidas ao Departamento Nacional - DN e repassadas por este, com retenção de 25%; (ii) parcelas da mesma contribuição arrecadadas diretamente através de Termos de Cooperação Técnica e Financeira com as citadas empresas, com desconto de 3,5%; (iii) prestação de serviços às comunidades, nas áreas de atuação acima relacionadas.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas emanadas do Departamento Nacional - DN, Tribunal de Contas da União e Secretaria Federal de Controle Interno, e Resolução CFC 1133/08 que aprovou a NBC T 16.6, e pela Resolução CFC 1437/13, tendo sido aprovadas pela diretoria em 31 de janeiro de 2019. A seguir seguem as demonstrações e comparativos elaborados:

a) Balanço Patrimonial: destina-se a demonstrar as contas que compõem o Ativo Financeiro (Circulante), o Ativo Não Circulante e as do Passivo Financeiro (Circulante), e do Saldo Patrimonial (Patrimônio Social), além de grupos intermediários de contas pendentes e transitórias;

b) Balanço Orçamentário: Evidencia o confronto entre os valores previstos e realizados dos elementos de receitas e despesas, suas variações e o resultado apurado;

P



- c) Balanço Financeiro: para demonstrar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos disponíveis que se transferem de um para outro exercício;
- d) **Demonstração das Variações Patrimoniais:** evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício;
- e) **Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Evidencia a geração de caixa ocorrida no período e as variações dos elementos de ativos e passivos;
- f) **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:** evidencia a movimentação de todas as contas do patrimônio líquido durante o exercício social.
- g) **Notas Explicativas:** São Informações relevantes complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.
- h) Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada: demonstram as receitas orçadas, as receitas arrecadadas e as diferenças entre ambas;
- i) Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada: demonstram as despesas autorizadas, as despesas realizadas e as diferenças entre ambas.

Na Nota 21 estão apresentados os comparativos referidos nos itens "h" e "i" acima.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Reconhecimento das Receitas e Despesas Orçamentárias: As receitas das contribuições compulsórias bem como as demais receitas, despesas e custos são-reconhecidos pelo regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.
- b) Contribuição Compulsória: os créditos da arrecadação compulsória em atraso e parcelados foram reconhecidos em conta de resultado extra-orçamentário, com o fim de apresentação do montante a receber nas demonstrações contábeis. Os créditos em juízo e ainda não parcelados foram provisionados no ativo circulante e receberam um débito de igual valor a título de provisão para crédito de liquidação duvidosa.
- c) Aplicações financeiras: são mantidas por exigência legal (artigo 55, Caput do Regulamento aprovado pelo decreto nº 57.375, de 2 de dezembro de 1965), exclusivamente no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal e incluem os rendimentos incorridos da data da aplicação até a do encerramento do exercício. Os recursos de terceiros também são aplicados no Banrisul por força de convênio.
- d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: foi constituída em montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, considerando 100% dos créditos vencidos há mais de 180 dias, totalizando em 2018 R\$ 9.194.022,26 (R\$ \$ 8.296.893,64 em 2017). Os créditos da arrecadação compulsória em juízo (notificações) e ainda não parcelados foram provisionados no ativo circulante e receberam um débito de igual valor a título de provisão para crédito de liquidação duvidosa totalizando em 2018 o montante de R\$ 9.138.821,45 (R\$ 9.302.481,08 em 2017).
- e) Estoques: os estoques se referem a voucher refeição e estão avaliados pelo custo de aquisição.
- f) Investimentos: são avaliados pelo custo de aquisição e no caso do fundo de reserva patrimonial do condomínio do qual é condômino, pelo valor residual proporcional a sua participação.
- g) Imobilizado: os bens do imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção, acrescido do valor de reavaliação espontânea realizada em exercício de 1999; as depreciações

D



são calculadas às taxas referidas na Nota 10, estabelecidas em função do prazo de vida útil desses bens.

h) Uso de Estimativa: Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para créditos de liquidação duvidosa, avaliação das vidas úteis dos ativos imobilizados e intangíveis. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração.

4 CLIENTES

	2018	2018	2017	2017
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Serviços Prestados	2.667.342,75		3.485.112,46	
Parcelamento de Dividas	378.280,14		318.951,88	
Serviços Educacionais	6.593.670,95		5.291.124,32	
Arrecadação Direta	10.624.812,66	11.287.588,95	10.278.966,04	10.147.302,55
Fatura Única - Cartão SESIMAX	3.580.840,10		3.905.534,87	
Outros	487.312,57		574.008,27	
TOTAL	24.332.259,17	11.287.588,95	23.853.697,84	10.147.302,55

5 DEPARTAMENTOS CONTA MOVIMENTO

Refere-se a conta corrente com o Departamento Nacional do SESI, e registra valores a receber relativo a projetos e subsídios a ações executadas pelo Departamento Regional.

6 RECEITAS A RECEBER

Nesta rubrica o valor de R\$ 10.556.804,52 (R\$ 9.901.035,05 em 2017) é o montante devido pelo DN do SESI referente as parcelas de dezembro e de 13º salário da arrecadação indireta (75%), cujo repasse ocorre sempre no mês subsequente ao do recebimento.

7 SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO

Refere-se a conta corrente com as demais entidades do Sistema FIERGS, e registra valores a receber relativo a operações internas como compartilhamento das estruturas de apoio e demais serviços.

8 VALORES A APROPRIAR

Composto pelo montante de R\$ 1.693.377,36 (R\$ 2.789.732,15 em 2017), sendo o principal valor deste grupo o de R\$ 1.580.816,58 (R\$ 10.079.446,79 em 2017) que refere-se ao saldo dos valores pagos ao Condomínio que administra o complexo administrativo onde se localiza a sede do DR do SESI, a título de Fundos de Reserva. Estes valores, quando destinados em assembleia são devidamente transferidos para as conta que registram o seu uso.

\$



9 DEPÓSITOS PARA RECURSOS JUDICIAIS

Refere-se a processos decorrentes da Justiça do Trabalho e outros, estando assim compostos:

ESPÉCIE	2018	2017
Reclamatórias trabalhistas	3.845.912,45	3.291.366,29
PIS / COFINS	976.968,66	976.968,66
Outros	89.750,48	81.766,99
Total	4.912.631,59	4.350.101,94

10 INVESTIMENTOS

Refere-se a ações da CRT e CTMR, bem como a parcela de participação da entidade no Fundo de Reserva Patrimonial, formado pela sua participação no Ativo imobilizado do Condomínio Institucional do Sistema FIERGS por ser condômino juntamente com o SENAI e o CIERGS.

11 IMOBILIZADO

As contas, saldos e taxas de depreciação do imobilizado estão demonstradas a seguir:

Contas	Taxas	Vida ùtil	R\$ / 2017	R\$ / Aquisições - Doações	R\$ / Baixas	Trans fe rê ncia	R\$ / 2018
Bens Imóveis				,			Sv.
Terrenos	- 1		21.477.643,85		354.270,12		21.123.373,73
Prédios	2%	50 anos	282.221.995,74		576.047,34	2.810.135,37	284.456.083,77
Construções em Andamento	-		17.527.621,38	4.972.425,26		- 2.981.797,26	19.518.249,38
Instalações	10%	10 anos	3.032.497,06	757.562,55		171.661,89	3.961.721,50
Benf. em Imóveis de Terceiros	10%	10 anos	3.828.188,36	,			3.828.188,36
Total			328.087.946,39	5.729.987,81	930.317,46	-	332.887.616,74
(-) Depreciação Acumulada			43.473.984,90	6.352.251,63	148.955,35		49.677.281,18
Total			284.613.961,49	- 622.263,82	781.362,11	-	283.210.335,56
Bens Móveis							
Equip. Máquinas e Aparelhos	10%	10 anos	7.876.177,02	709.940,61	271.749,74	2.059,00	8.316.426,89
Veículos	20%	5 anos	5.311.216,90	435.825,26			5.747.042,16
Equip. Médicos e Odontológicos.	10%	10anos	5.873.261,73	114.141,90	184.692,75		5.802.710,88
Equip. de Informática	20%	5 anos	15.896.981,79	5.530.433,38	3.766.329,88	- 1.399,00	17.659.686,29
Mobiliário em Geral	10%	10anos	7.899.837,51	691.137,36	237.652,68	- 660,00	8.352.662,19
Instrumentos Musicais	10%	10anos	877.270,47	45.324,00	24.445,12		898.149,35
Equip. Esportivos	10%	10anos	2.829.392,08	427.745,00	40.610,16		3.216.526,92
Equip. de Comunicação	10%	10anos	322.003,51		67.533,23		254.470,28
Total			46.886.141,01	7.954.547,51	4.593.013,56	-	50.247.674,96
(-) Depreciação Acumulada			29.306.070,52	5.217.123,24	2.572.141,56		31.951.052,20
Total			17.580.070,49	2.737.424,27	2.020.872,00	-	18.296.622,76
Intangíveis							
Marcas e Patentes			25.583,08				25.583,08
Direito de Uso de Telefones	-		122.128,20		122.128,20		
Direito de Uso de Softwares			1.773.293,85				1.773.293,85
Total			1.921.005,13	(<u>a</u>	122.128,20	- 2	1.798.876,93
(-) Amortização Acumulada			-				
Total			1.921.005,13	-	122.128,20	/-	1.798.876,93
Total Geral	E STATE		304.115.037,11	2.115.160,45	2.924.362,31	-	303.305.835,25
Total de pre ciação		Volumes and		11.569.374,87	2.721.096,91		
Total sem depreciação	W 200			13.684.535,32	5.645.459,22		



- a) Os bens da entidade são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil do bem, fixadas por espécie de bem.
- b) A utilização destas taxas obedece a Resoluções dos Conselhos da CNI, do SESI, do SENAI e do IEL, que determina a aplicação destas taxas a todas as Entidades Nacionais e Regionais do Sistema Indústria.
- c) Não houve mudanças nas estimativas em relação a valores residuais, vida útil econômica, métodos e taxas utilizadas.

Redução ao valor recuperável

Em atendimento a lei 6404/76, alterada pela lei 11638/04, a NBC TG 01, ao ITG 2002 e a NBC TG 1000 no que se refere a **redução ao valor recuperável de ativos**, entende-se que a entidade deve efetuar periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Considerando a ITG 2002 como regramento base para o SESI, verificamos no seu parágrafo 20, abaixo, a seguinte orientação:

20. Aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000, que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável.

A Seção 27 da NBC TG 1000, transcrita abaixo, orienta da seguinte forma:

Outros ativos, exceto estoques.

Princípios gerais

27.5 <u>Se, e apenas se,</u> o valor recuperável do ativo for menor que seu valor contábil, a entidade deve reduzir o valor contábil do ativo para seu valor recuperável. Essa redução é uma perda por desvalorização. Os itens 27.11 a 27.20 fornecem orientações sobre a mensuração do valor recuperável.

Indicadores de desvalorização

27.7 A entidade deve avaliar em cada data de divulgação se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado. Se tal indicação existir, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo. Se não existir indicação de desvalorização, não é necessário estimar o valor recuperável.

27.9 Ao avaliar se existe qualquer indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes externas de informação

(a) Durante o período, o valor de mercado do ativo diminuiu sensivelmente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.

(b) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado,



econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado.

- (c) As taxas de juros de mercado ou as outras taxas de retorno de mercado sobre investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetam materialmente a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de ativo e diminuem o valor justo menos as despesas para vender o ativo.
- (d) O valor contábil dos ativos líquidos da entidade é maior do que o valor justo estimado da entidade como um todo (tal estimativa pode ter sido feita, por exemplo, em relação ao potencial de venda de parte ou de toda a entidade).

Fontes internas de informação

- (e) Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de ativo.
- (f) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram no futuro próximo, na medida ou na maneira em que um ativo é utilizado ou espera-se que seja utilizado. Essas mudanças incluem: o ativo tornar-se inativo, planos para descontinuar ou reestruturar a operação na qual o ativo pertence, planos para alienar o ativo antes da data previamente esperada e revisão da vida útil do ativo como definida ao invés de indefinida.
- (g) Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de ativo é, ou será pior, que o esperado. Nesse contexto, o desempenho econômico inclui os resultados operacionais e os fluxos de caixa.
- 27.10 Se existir indicação de que um ativo pode ter sofrido desvalorização, isso pode indicar que a entidade deveria revisar a vida útil remanescente, o método de depreciação (amortização) ou o valor residual do ativo e ajustá-lo de acordo com a seção desta Norma que seja aplicável ao ativo (por exemplo, a Seção 17 Ativo Imobilizado e a Seção 18 Ativo Intangível Exceto Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (Goodwill), mesmo que nenhuma perda por desvalorização seja reconhecida para o ativo.

Visando atender as normas acima, procedemos análise dos ativos da entidade a fim de identificar indicadores de desvalorização apontados por fontes internas e externas de informação, como segue:

Ativos

Relacionamos na tabela abaixo as contas do ativo permanente, que foram objeto da nossa análise:

	Valor Bruto Contábil	Deprec/Amortiz. Acumulada	Valor Líquido Contábil
Terrenos	21.477.643,85	-	21.477.643,85
Prédios	285.032.131,11	46.213.961,62	238.818.169,49
Instalações	3.337.221,48	1.360.781,28	1.976.440,20
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.828.188,36	1.181.718,50	2.646.469,86
Mobiliário em geral	8.378.619,24	5.518.952,07	2.859.667,17
Instrumentos musicais	895.733,35	696.535,88	199.197,47
Veículos	5.353.042,16	4.357.728,60	995.313,56
Máquinas e equipamentos	8.274.662,30	4.522.387,68	3.752.274,62
Equip.Med.Cirurg.Odont. E Laborat.	5.848.438,82	3.860.718,37	1.987.720,45
Equipamentos de Informática	17.556.886,35	10.261.809,65	7.295.076,70
Equip. Esportivo, artistico e recreação	3.124.677,96	1.739.072,89	1.385.605,07
Equipamentos de comunicação	268.462,56	251.922,06	16.540,50
Total	363.375.707,54	79.965.588,60	283.410.118,94



Resultado das Análises

- A maioria dos ativos analisados são compostos por diversos itens de valores residuais baixos, (mobiliários, instrumentos musicais, veículos, equipamentos médicos, esportivos e de comunicação), desta forma focamos nossa análise nas contas de prédios, máquinas e equipamentos, e equipamentos de informática, cujos saldos são mais relevantes e nos principais itens que as compõem;
- Identificamos na conta que registra o saldo de prédios, que em função das constantes obras de reformas, ampliações e adaptações para acessibilidade, PPCI e licenciamento ambiental, ocorridas nos últimos anos, os valores residuais foram atualizados e não houve outros fatores que pudessem diminuir sensivelmente o valor destes ativos. Em todas as avaliações de mercado feitas ao longo do ano, por empresas especializadas, os valores de mercado superaram os valores residuais.
- Nas contas que registram o saldo de máquinas e equipamentos, e de equipamentos de informática, verificamos que por estarem mais de 50% depreciados, os bens não possuem saldo residual superior ao valor de mercado.
- Não identificamos situações de obsolescência ou dano físico nos ativos, nem tampouco redução do valor de mercado mais do que o esperado pelo uso, principalmente porque a entidade adota política de efetuar inventários anuais de 100% dos bens e de dar baixas em todos os itens em desuso e danificados para entidades assistenciais;
- Os ativos registrados encontram-se em pleno funcionamento/utilização atendendo as funções a
 que se destinam dentro das operações normais da Entidade.
- Não identificamos mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal em que a entidade atua ou utiliza o ativo.
- Não ocorreram mudanças significativas na forma como os ativos são utilizados. Ativos inativos são baixados, leiloados ou destinados.
- Não se identificou quaisquer evidências de que os ativos em questão sofreram redução de seu desempenho econômico.
- Nenhuma mudança significativa nas taxas de juros do mercado foram identificadas.
- O valor contábil dos ativos líquidos, não é maior do que o valor justo estimado da entidade como um todo, haja vista que a mesma gere receitas anuais em montantes iguais ou superiores ao valor de seus ativos.
- O resultado da Entidade demonstra que o investimento nos ativos analisados estão sendo recuperados, pois verificamos a ocorrência de superávit no presente exercício; Vide as suas demonstrações contábeis;

 A entidade possui regras estabelecidas para todas as etapas da gestão patrimonial (aquisições, baixas, transferências e inventários), inclusive de substituição do parque de TI.





Relação dos Ativos

No sistema de controle patrimonial da entidade encontra-se a listagem dos principais itens que compõem os ativos objeto da análise, com todas as informações necessárias para a análise.

Fontes

Para fins da análise obtivemos as informações das fontes:

- Reuniões internas:
- > Relatórios de inventários realizados;
- > Processos de baixa apresentados aos conselheiros;
- Atas das reuniões do Conselho Regional;
- Relatório analítico do Sistema de Controle Patrimonial:
- Relação dos valores investidos nos últimos anos;
- > Politica de investimentos;
- > Balanco Patrimonial;
- Consultas na Internet.

Conclusão

Pelas análises efetuadas não apuramos indícios de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, de forma que a sua vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização ou valor residual para o ativo necessitem ser revisados e ajustados.

12 BENS EM GARANTIA

Estão gravados como garantia judicial e penhora de reclamatórias trabalhistas e execuções fiscais, bens imóveis e móveis da entidade, de R\$ 387.273,16 (R\$ 1.112.840,78 em 2017) e R\$ 489.905,00 (R\$ 489.905,00 em 2017) respectivamente.

13 PROVISÕES

A Entidade mantém provisões suficientes para o pagamento de férias, contingências trabalhistas e judiciais, como seguem;

Process i o	20	2018		17
DESCRIÇÃO	circulante	não circulante	circulante	não circulante
Provisões para Contingências Trabalhistas	1.694.957,74	12.139.945,37	6.743.073,33	18.732.491,85
Provisão para Férias	10.083.709,41	0,00	9.884.052,41	0,00
Provisão para Contingências Judiciais Cíveis	261.262,92	423.460,65	421.111,69	179,535,83
Total	12.039.930,07	12.563.406,02	17.048.237,43	18.9/2.027,68

a) Provisão para contingências trabalhistas

Os processos trabalhistas em dezembro de 2018 foram analisados, estimados e classificados individualmente pelos advogados internos da Unidade Jurídica e, baseada na opinião da provável



perda dos processos documentada pelos advogados, a administração efetuou a sua provisão integral, cujo montante de R\$ 13.834.903,11 (R\$ 25.475.565,18 em 2017) foi julgado suficiente para cobrir perdas prováveis.

Quanto à exposição aos riscos dos processos classificados como perda possível pelos advogados, no montante de R\$ 13.002.714,43 (R\$ 20.722.663,42 em 2017), em atendimento às práticas contábeis, a administração realiza apenas a sua divulgação. Os montantes acima, quando aplicável, estão amparados por depósitos judiciais, conforme mencionado nas Notas 9 e 12.

b) Provisão para férias e encargos sobre férias

Os valores são apurados sobre o tempo vencido de acordo com o período aquisitivo de cada funcionário cujo montante foi de R\$ 10.083.709,41 (R\$ 9.884.052,41 em 2017).

c) Provisão para Contingências judiciais cíveis

Foi constituída a provisão de R\$ 684.723,57 (R\$ 600.647,52 em 2017) para cobrir perdas com processos decorrentes de ações judiciais movidas contra a entidade, cujo montante foi considerado de perda provável pelos seus advogados.

A administração com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, constituiu as provisões mencionadas acima consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis estimadas sobre as ações em curso.

Resumo da movimentação dos montantes provisionados:

	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31 de dezembro de 2017	25.475.565,18	600.647,52
Novos processos e ajustes de avaliação	- 6.686.714,33	106.515,95
Pagamentos	- 4.953.947,74 -	22.439,90
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13.834.903,11	684.723,57

14 DN CONTA MOVIMENTO E CONVÊNIOS ARRECADAÇÃO DIRETA

Refere-se ao montante devido ao DN pelo recebimento de forma direta das contribuições compulsórias de empresas conveniadas, 25% do valor arrecadado conforme consta em seu regulamento (convênio arrecadação), inclusive sobre os valores em atraso e parcelados pela entidade junto a seus credores (DN cta movimento).

15 SISTEMA INDÚSTRIA CONTA MOVIMENTO

Refere-se a conta corrente entre as entidades do Sistema Indústria, principalmente em relação ao convênio que regula a gestão compartilhada das áreas de apoio e o repasse regulamentar de 7% sobre as receitas compulsórias à FIERGS, como segue:

ENTIDADE	2018	2017
FIERGS	2.878.398,00	2.654.844,87
CONDOMÍNIO	0,00	49.647,93
IEL	0,00	77.592,54
Total	2.878.398,00	2.782.085,34

\$ \



16 CONVÊNIOS E ACORDOS

Se refere a saldo de valores recebidos de terceiros para execução de ações que ocorrerão no exercício seguinte. São eles:

Convênio	2018	2017
Projetos Estratégicos DN	319.956,53	1.572.773,90
DR do Paraná		94,34
DR de Santa Catarina		152,76
Total	319.956,53	1.573.021,00

17 CONTAS CORRENTES PASSIVAS

Do saldo de R\$ 8.850.603,78 (R\$ 8.136.889,38 em 2017), o valor de R\$ 6.368.043,34 (R\$ 6.137.108,59 2017) refere-se a títulos emitidos para os cursos de educação e que serão apropriados na receita a medida em que forem sendo recebidos.

18 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a saldo do empréstimo de R\$ 10.000.000,00 contraído junto ao DN do SESI para a execução do projeto piloto de implantação de um sistema informatizado de gestão educacional.

19 SEGUROS

A administração mantém seguros dos bens patrimoniais da entidade em montantes e modalidades consideradas suficientes para a cobertura de eventuais danos e prejuízos, inclusive no que tange à continuidade normal de suas operações e atividades.

20 SALDO PATRIMONIAL

Demonstra-se, no quadro abaixo, a evolução do saldo patrimonial da entidade:

DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
Saldo no Início do Exercício	445.156.820,33	414.834.009,15
Superávit / Déficit do Exercício	41.919.161,21	30.322.811,18
Saldo no Fim do Exercício	487.075.981,54	445.156.820,33

21 ORÇAMENTO E EXECUÇÃO

O orçamento e a execução orçamentária do SESI apresentam-se com as seguintes discriminações e números:

DISCRIMINAÇÃO	2018	2017
RECEITA ORÇADA	282.642.505,77	276.645.100,00
RECEITA ARRECADADA	294.874.232,41	283.682.100,81
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	12.231.726,64	7.037.000,81
DESPESA AUTORIZADA	282.642.505,77	276.645.100,00
DESPESA REALIZADA	265.178.318,74	255.292.016,66
ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA	17.464.187,03	21.353.082,34
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ORÇAMENTÁRIO	29.695.913,67	28.390.084,15



22 RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado final do exercício está representado da seguinte forma:

2018	2017
294.874.232,41	283.682.100,81
265.178.318,74	255.292.016,66
29.695.913,67	28.390.084,15
12.023.835,02	9.361.887,89
460.428,95	17.412.293,98
11.563.406,07	(8.050.406,09)
18.580.472,61	. 23.288.831,11
17.920.631,14	13.305.697,99
659.841,47	9.983.133,12
41.919.161,21	30.322.811,18
	265.178.318,74 29.695.913,67 12.023.835,02 460.428,95 11.563.406,07 18.580.472,61 17.920.631,14 659.841,47

As receitas extra-orçamentárias estão representadas por baixa de depreciação de bens baixados e por cancelamentos de obrigações a pagar. Já as despesas, refere-se a cancelamentos de créditos a receber bem como a inscrição de valores a pagar.

As variações ativas representam as aquisições, incorporações de bens e baixas das parcelas do empréstimo, e as passivas, as respectivas baixas de bens juntamente com a inscrição das depreciações do período.

23 GRATUIDADE

Em atendimento aos artigos 6º e 69 do regulamento do SESI, o Departamento Regional do Rio Grande o Sul destinou, em 2018 para ações educativas R\$ 87.408.673,09 (R\$ 81.959.413 em 2017) correspondendo a 44,40 % (44,34% em 2017) da receita líquida de contribuição e para gratuidade R\$ 60.455.272,69 (R\$ 57.080.833,00 em 2017) o que corresponde à 30,71% (30,88% em 2017) da receita líquida de contribuição.

DESCRITIVO	R\$
Receita Compulsória Bruta (RCB)	226 462 025 57
(Direta, Indireta, Subvenções ordinária, especial e extraordinária)	236.462.925,57
(A) Receita Compulsória Líquida (RCL = RCB x 83,25%)	196.855.385,54
(B) Compulsório aplicado em Ações de Educação	87.408.673,09
% Receita Líquida aplicada em Ações de Educação = (B / A) * 100	/44,40%
(C) Compulsório aplicado em Gratuidade	60.45\$.272,69
% Receita Líquida aplicada em Gratuidade = (C / A) * 100	30,71%

\$



24 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Entidade, como patrocinadora, mantém planos de aposentadoria complementar para seus empregados e dirigentes, nas modalidades de benefício definido e contribuição definida, administrados pela INDUSPREVI — Sociedade de Previdência Privada do Rio Grande do Sul. As seguintes informações estão apresentadas nos demonstrativos dos resultados da avaliação atuarial dos planos de benefício preparados por especialistas:

- a) As provisões matemáticas mais o superávit técnico acumulado totalizam R\$ 243.837.433,32 (R\$ 234.210.358,01 em 2017);
- b) Os planos estão integralmente cobertos por provisões matemáticas que montam R\$ 238.542.147,22 (R\$ 238.542.147,22 em 2017);
- c) Os benefícios concedidos foram de R\$ 173.317.789,20 (R\$ 164.870.684,41 em 2017) e os a conceder são de R\$ 50.610.553,20 (R\$ 70.262.322,23 em 2017);
- d) A contribuição da entidade ao plano montou de R\$ 3.895.666,03 (R\$ 3.972.188,56 em 2017);
- e) Os Recursos garantidores das provisões matemáticas constituídas estão representados por investimentos de renda fixa, estando a aplicação das reservas técnicas de acordo coma legislação vigente.

JAIRO ADRIANI DA COSTA Contador CRC- 041626/O-8 JULIANO AND RE COLOMB Superintendente Regional